

CONTRATO CEDAE Nº 002/2019 (DM) que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, e as empresas reunidas através do **CONSÓRCIO ENGETÉCNICA - ARKHE**.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato por meio de seus diretores ao final assinados, Sr. HELIO CABRAL MOREIRA, Diretor Presidente, e Sr. ARMANDO COSTA VIEIRA JUNIOR, Diretor de Distribuição e Comercialização Metropolitana, doravante denominada **CEDAE**, bem como as seguintes empresas: **(1) ENGETÉCNICA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. "em recuperação judicial"**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, nº75, sala 2212, Centro, Cep.: 20.031-202, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.974.948/0001-02, neste ato por meio de seu procurador, Sr. AMAURY ANTONIO BOTELHO CUNHA, portador do CREA/RJ nº 29815/D e inscrito no CPF nº 305.288.447-68 ; e a **(2) ARKHE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA "em recuperação judicial"**, sediada na Rua São José, nº 90, salas 1804 e 1805, Centro, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ nº 00.148.344/0001-42, devidamente representada por sua Procuradora, Sra. ANA PAULA BURICHE COUTINHO, identidade RG nº 008706851-6 e CPF/MF nº 011.274.367-67, aqui reunidas através do **CONSÓRCIO ENGETÉCNICA - ARKHE**, liderado pela primeira empresa, com sede na Rua Senador Dantas, nº 75, sala 2212, Centro, Cep.: 20.031-202, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.533.440/0001-07 , doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar a presente contratação, fazendo-o por meio do processo administrativo nº **E-07/100.883/2018**, mediante **Dispensa de Licitação n. 001/2019 (DM)**, com fundamento art. 29, inciso XV da Lei 13.303/2016, pela qual se regerá, bem como pelos preceitos de direito privado e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

- 1.1.** O objeto do presente ajuste é a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA APOIO AOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM ÁREAS DE BAIXA RENDA ATENDIDAS PELAS UPP (UNIDADE DE POLÍCIA PACIFICADORA) E OUTRAS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO"**, conforme Resolução de Diretoria, datada de 17 de janeiro de 2019, inserida às fls. 333/334 do processo administrativo E-01/100.883/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

2.1. Inserem-se no escopo desta contratação o Projeto Básico, anexo ao contrato, bem como a **proposta** da **CONTRATADA**, autuada às fls. 95 a 101 do processo E-07/100.883/18 , cujo conteúdo, embora não transcrito, passa a compor o presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CEDAE

3.1. Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a – efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste Contrato;
- b – emitir eventuais autorizações específicas para atuação junto a terceiros;
- c – fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, ligados ao presente Contrato;
- d – nomear Comissão para o acompanhamento e para a aceitação provisória e definitiva do objeto.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A **CONTRATADA** obriga-se a:

- a - Conduzir o objeto de acordo com o Projeto Executivo e sua proposta técnica, inserida às fls. 95 a 101, do processo de referência, bem como de acordo com as normas aprovadas para sua execução, em estrita obediência às leis vigentes;
- b- Responder pelos serviços que executar, na forma da lei;
- c - Prover os serviços, ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, devidamente aprovado pela **CEDAE**;
- d - Providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos em virtude de Lei, com vigência a partir da data de início do objeto até seu aceite definitivo;
- e - comparecer, sempre que a **CEDAE** solicitar, aos seus escritórios ou em outro local indicado, por seu titular ou engenheiros credenciados, para examinar e prestar esclarecimentos a problemas relacionados com o objeto deste Contrato. A convocação deverá ser feita com, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;

- f- Atender a todas as solicitações de natureza técnica, bem como os métodos de inspeção e controle realizados pela **CEDAE**, assim como fornecer todos os dados e esclarecimentos solicitados em razão da execução do objeto;
- g- Manter a **CEDAE** informada, de acordo com as conveniências desta, de todos os pormenores dos serviços contratados;
- h- Destinar um recinto apropriado em seu escritório, a fim de alojar o pessoal técnico da Fiscalização da **CEDAE**;
- i- Substituir qualquer membro da equipe de trabalho, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sempre que solicitado pela **CEDAE**;
- j- Prestar, sem ônus para a **CEDAE**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados nos trabalhos, sempre que a ela imputáveis;
- k- Submeter à prévia aprovação da **CEDAE** qualquer alteração de sua equipe de trabalho;
- l- Providenciar, antes do início dos serviços, o recolhimento da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) dos responsáveis técnicos envolvidos na execução do objeto, conforme determina a Lei Federal nº 6.496 de 07/12/77;
- m- A gestão dos resíduos que eventualmente venham a ser gerados da totalidade das atividades deverá seguir ao estabelecido nas diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão de resíduos da construção civil da Resolução CONAMA nº 307, de 05 de Julho de 2002;
- n - A **CONTRATADA** poderá ser chamada a disponibilizar as Memórias de Cálculos de dimensionamento, juntamente com o Projeto Executivo, para fins de verificação de adequação da solução adotada;
- o- Dependendo do tipo de serviço a ser executado, a **CONTRATADA** deverá apresentar para cada medição a respectiva memória de cálculo, na qual deverá constar a indicação dos locais precisos da execução do objeto e das dimensões de cada parte ou trecho do item medido, preferencialmente através de croqui;

o.1 - A medições serão realizadas com base no que fora efetivamente realizado pela **CONTRATADA**.

- p- A **CONTRATADA** deverá se responsabilizar por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização do escopo desta contratação, até seu aceite definitivo;
- q- A **CONTRATADA** deverá observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93 da Lei Federal nº 8.213/91, bem como as demais normas referentes à acessibilidade previstas no Decreto Federal n. 5.296/2004;
- r- Na forma da Lei Estadual n. 7.258/2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato estará obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas, na seguinte proporção: (i) – até 200 empregados = 2%; (ii) de 201 a 500 empregados = 3%; (iii) de 501 a 1.000 empregados = 4%; (iv) de 1.001 em diante = 5%;
- s- A **CONTRATADA** deverá reapresentar todos os documentos de habilitação exigidos como condição à assinatura do contrato, fazendo-o sempre que vencidos no curso da contratação, ou em observância ao Enunciado n. 29 PGE/RJ;
- t – A **CONTRATADA** deverá manter um DIÁRIO no local, transferindo à propriedade da **CEDAE**, ao final, todas as plantas e desenhos relativos ao objeto; e
- u - A **CONTRATADA** será responsável por quaisquer danos causados à CEDAE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

- 5.1. É facultado à **CEDAE** exercer ampla fiscalização sobre o objeto do presente Contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a **CONTRATADA** prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso em qualquer fase, época e local onde se processarem as tarefas relacionadas com o desenvolvimento de seu escopo.
- 5.2. A fiscalização da **CEDAE** não eximirá a **CONTRATADA** de sua total e exclusiva responsabilidade quanto ao prazo e qualidade do objeto entregue.

5.3. Na forma da Lei Estadual n. 7.258/2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea "r", da cláusula quarta, realizando-se a verificação do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

5.4. Dependendo do serviço a ser executado, a **CONTRATADA** fornecerá e manterá um DIÁRIO com todas as folhas devidamente numeradas e rubricadas pelo seu representante e pela Fiscalização da **CEDAE**, no qual serão obrigatoriamente registrados:

I – pela **CONTRATADA**:

- a) as condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos;
- b) as falhas nos serviços de terceiros, não sujeitas a sua ingerência;
- c) as consultas à Fiscalização;
- d) as datas de conclusão de etapas caracterizadas, de acordo com o cronograma aprovado;
- e) os acidentes ocorridos no decurso do trabalho;
- f) as respostas às interpelações da Fiscalização;
- g) a eventual escassez de material que resulte em dificuldade para a obra;
- h) outros fatos que, a juízo da **CONTRATADA**, devam ser objeto de registro;

II – pela Fiscalização:

- a) o atestado da veracidade dos registros efetuados pela **CONTRATADA**;
- b) o juízo formado sobre o andamento dos serviços, tendo em vista os projetos, especificações, prazos e cronogramas;
- c) as observações cabíveis a propósito dos lançamentos da **CONTRATADA**;
- d) as respostas às consultas lançadas ou formuladas pela **CONTRATADA**;
- e) as restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da **CONTRATADA**, seus prepostos e sua equipe;
- f) a determinação de providências para o cumprimento do projeto e especificações;
- g) outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente aos trabalhos de fiscalização.

5.5. Ao final, o Diário referido será transferido à propriedade do **CEDAE**.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO

6.1. O prazo de vigência deste contrato será de **180 (cento e oitenta) dias** contados da data indicada na Ordem de Início, que poderá ser emitida pela **CEDAE** após a assinatura deste contrato.

6.2. A **CONTRATADA** se declara ciente e de acordo com o fato de que esta contratação poderá ser rescindida unilateralmente pela **CEDAE** tão logo se conclua o procedimento licitatório já iniciado para o mesmo objeto; caso em que será pago somente aquilo que houver sido executado, sem qualquer indenização por perdas e danos.

CLÁUSULA SÉTIMA - VALOR DO CONTRATO

7.1. A **CONTRATADA** se obriga a executar o objeto, em regime de empreitada por preço unitário, pelo valor de **R\$ 10.383.753,37 (dez milhões, trezentos e oitenta e três mil, setecentos e**

cinquenta e três reais e trinta e seta centavos) ,conforme proposta de preços às fls. 96/101 do processo E-07/100.883/2018.

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS		PREÇO
01	Serviços Preliminares	R\$ 55.876,98
02	Sinalização de Segurança	R\$ 56.609,58
03.01	Administração	R\$ 112.047,00
03.02	Outras Despesas com insumos	R\$ 11.204,52
03.03	Mão de Obra das Equipes	R\$ 8.390.796,48
03.04	Movimento de Terra	R\$ 65.023,53
03.05	Pavimentação	R\$ 49.905,14
03.06	Carga, Descarga e Transporte dos Materiais	R\$ 62.460,19
04.01	Tubos PVC para esgoto	R\$ 197.240,73
04.02	Fornecimento de Tampões	R\$ 56.154,33
04.03	Fornecimento de PVs	R\$ 61.013,06
05	Locação de Equipamentos	R\$ 916.455,70
06	Programa de Educação Sócio Ambiental	R\$ 348.966,13

*Planilha resumo dos valores. Planilha detalhada com valores unitários consta às fls. 98 a 100 do Processo E-07/100.883/18.

- 7.2. O preço ajustado no item anterior desta Cláusula inclui o lucro e todos os custos dos serviços, sejam diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa ainda que não prevista textualmente neste Contrato, inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.
- 7.3. As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2019 , assim classificados:

Programa de Trabalho: 1200226064
Conta Orçamentária: 411110325
Fonte de Recursos: 10
Código Orçamentário: 33903918
Centro de Custos: DM00000000
ID da Reserva Orçamentária: 2019000487.

CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE

- 8.1.** O valor desta contratação será irrevogável.

CLÁUSULA NONA - RESPONSABILIDADE TÉCNICA

- 9.1.** Os serviços objeto deste Contrato serão executados sob a direção e responsabilidade técnica dos seguintes profissionais: Eng^{os} Civis Srs. JOÃO DE DEUS VAZ DA SILVA NETO, CREA/RS 1987106319, JONATHAN SILVA THEOFILO, CREA/RJ 2017119577, GUSTAVO DA SILVA TRINDADE, Registro 1998102766, NORBERTO FERNANDES NETO, Registro 1981111137, ROJAS FELÍCIO MARTINS FERREIRA, Registro 1992106080, Eng^a de Produção, Sr^a ANA PAULA BURICHE COUTINHO, CREA/RJ 201208544, Eng^a Eletricista, Sr^a CRISTIANE NUNES MAIA WANDELLI, CREA/RJ 1998103052, Eng^o Eletricista, Sr. JOSE RICARDO DE OLIVEIRA, Registro 1965100445, Eng^o Mecânico, Srs. ROGÉRIO DE MATTOS CAMEZ, CREA/RS 2004100864 e Eng^a Mecânica, Sr^a HILCE VERÔNICA RODRIGUES DE ARAÚJO, Registro nº 198,1104024, que ficarão autorizados a representar a **CONTRATADA** em suas relações com a **CEDAE**, em matéria do serviço.
- 9.2.** A **CONTRATADA** obriga-se a manter os engenheiros indicados nesta cláusula como Responsáveis Técnicos na direção dos trabalhos e no local dos serviços até seu final. A substituição dos Responsáveis Técnicos poderá ser feita por outro de igual lastro de experiência e capacidade, cuja aceitação ficará a exclusivo critério da **CEDAE**.
- 9.3.** Os Responsáveis Técnicos aqui indicados deverão figurar como tal na ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, de que trata o item 10.9 deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - MEDIÇÃO, FATURAMENTO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 10.1.** Os pagamentos das faturas serão efetuados em parcelas mensais, após aceitação das medições correspondentes por parte da **CEDAE**, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contado a partir do adimplemento de cada período.
- 10.1.1.** Considera-se adimplemento a execução da parcela/etapa do serviço de engenharia acompanhada da nota fiscal/fatura e dos demais documentos exigidos como condição ao pagamento (ver item 10.09 e 10.10 do contrato). Ao adimplemento será dado recibo, nos termos do art. 191, §1º do RILC.

- 10.1.2.** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, por culpa exclusiva da **CEDAE**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata die", e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato serão feitos mediante desconto de 2% (dois por cento) ao mês, também calculados "pro rata die". Não correrão juros e atualização durante o período de suspensão mencionado no item 10.6.
- 10.2.** Os pagamentos devidos em decorrência da execução do objeto deste Contrato serão efetuados mediante crédito em conta bancária indicada pela **CONTRATADA** no banco **BRADESCO**, ficando autorizada a indicação de outra conta somente quando justificada tal impossibilidade.
- 10.3.** Mensalmente, a **CEDAE** estabelecerá a programação dos serviços que deverão ser executados.
- 10.4.** A cada 30 (trinta) dias, a **CONTRATADA** fará a emissão da medição/fatura dos serviços realizados e dos fornecimentos de materiais e equipamentos considerados aceitos pela Fiscalização, observando o cronograma físico-financeiro contratual, cujos percentuais limitarão os valores dos serviços medidos.
- 10.5.** De posse da documentação apresentada pela **CONTRATADA**, a Comissão de Fiscalização atestará, na forma prevista no art. 90, §3º, da Lei Estadual nº 287/1979, a documentação e a qualidade do objeto contratado, a partir de quando será possível a realização do pagamento, conforme art. 191, §3º do RILC.
- 10.6.** A necessidade de providências por parte da **CONTRATADA** em relação à medição realizada, ou em relação ao conteúdo da documentação apresentada, importará em suspensão da contagem do prazo para pagamento, não correndo juros e/ou atualização neste período.
- 10.7.** A **CEDAE** não se responsabilizará pelo pagamento de medições de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo quando expressamente determinadas pela Fiscalização.
- 10.8.** Toda fatura fará menção específica à medição na qual a mesma se baseia.
- 10.9.** A liberação do primeiro pagamento ficará condicionada à entrega, pela **CONTRATADA**, do comprovante de pagamento da ART-ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA.
- 10.10** - Mensalmente, juntamente com a fatura/nota fiscal dos serviços, deverão ser apresentados os seguintes comprovantes para o processamento dos pagamentos:



- a) medição/detalhamento do serviço prestado;
- b) prova de pagamento das verbas salariais, com eventuais horas extraordinárias executadas no período, que deverá ser apresentada até o quinto dia útil seguinte;
- c) folha de pagamento exclusiva para o objeto da contratação, conforme preconizado no parágrafo 5º do art. 31, da Lei nº 8.212/91;
- d) Prova de pagamento em dia do vale-transporte e do auxílio alimentação de seus empregados, que poderá ser feita por meio de declaração emitida pela CONTRATADA;
- e) Prova da Anotação nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) de seus empregados, que será feita apenas no início da contratação, como condição ao primeiro pagamento, tornando-se necessária a repetição desta prova apenas no caso de substituição do empregado;
- f) Cópias das Guias de Recolhimento mensal do FGTS (GFIP) e INSS (GPS);
- g) comprovante da declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras Entidades e Fundos por FPAS; e
- h) declaração de que se encontra cumprindo o regime de quotas da Lei Estadual n. 7.258/2016, exigível apenas quando a CONTRATADA estiver enquadrada na situação prevista na cláusula quarta, letra "r", deste instrumento.

10.11 - Apenas quando vencidas, as seguintes certidões também deverão ser reapresentadas juntamente com a documentação acima, como condição à realização dos pagamentos: (i) Certidão Negativa de Tributos Federais e Contribuições Previdenciárias, emitida conjuntamente pela Secretaria de Fazenda Nacional e pela Procuradoria da Fazenda Nacional (PFN); (ii) Certidão comprobatória da regularidade com o recolhimento das verbas do FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal; e (iii) CNDT, emitida pelo TRT.

10.11.1 - A ausência de qualquer dos documentos mencionados como condição aos pagamentos **impedirá a obtenção do recibo de adimplemento**, conforme art. 191 do RILC, e importará em notificação à **CONTRATADA** para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia e efetuar o cumprimento destas obrigações.

10.11.2 - Expirado o prazo constante do parágrafo acima sem que tenham sido tomadas as providências cabíveis, ou sendo rejeitados os argumentos apresentados em defesa pela **CONTRATADA**, será aplicada a ela a penalidade de advertência. Permanecendo a inadimplência total ou parcial em virtude de ausência de qualquer dos documentos referidos, o contrato poderá ser rescindido com a aplicação da penalidade de suspensão no item "iii" da cláusula 14.6.

10.12 - Todos os documentos mencionados nesta cláusula ficarão autuados no processo administrativo referente à contratação, bem como no processo de prestação de contas que deverá ser aberto em virtude da OS "E" nº 14.695/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - GARANTIA CONTRATUAL

11.1. A **CONTRATADA** deverá prestar garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no §1º do art. 70 da Lei 13.303/16.

11.2. O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da **CEDAE**, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do instrumento.

11.3. A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).

11.4. A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

11.5. A garantia que vier a ser prestada na modalidade de seguro ou de fiança bancária deverá ser firmada de modo a abranger todos os prejuízos resultantes da execução deste contrato, decorrentes de conduta dolosa ou culposa da **CONTRATADA**, incluindo as multas pecuniárias aplicadas pela **CEDAE**.

11.6. Se da contratação resultar a transferência da posse direta de bens da **CEDAE** à **CONTRATADA**, em valor total superior a **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, será exigido, ainda, o **seguro multirriscos básico**, que conterà as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total destes bens.

11.7. A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à **CONTRATADA** formular tal solicitação.

11.8. A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.

11.9. A **CONTRATADA** se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a **CONTRATADA** desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.

11.10. Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e/ou de rescisão administrativa do contrato.

11.11. A garantia que for prestada na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme modelo constante do Anexo VII da OS n. 14.927/2017.

11.12. O atraso da **CONTRATADA** em prestar ou revalidar a garantia autorizará a **CEDAE** a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.

11.13. O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

11.14. A **CEDAE** se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- 12.1.** A **CONTRATADA** deverá obedecer a orientação da Fiscalização da **CEDAE** na execução dos serviços, bem como as Especificações Técnicas, o Projeto e os demais elementos fornecidos pela Fiscalização; as Normas Técnicas da ABNT e, no que couber, as disposições legais e regularmente em vigor, especialmente as relacionadas com execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, conservação, penalidades, rescisão de contratos, pagamentos, medição de serviços e normas técnicas.
- 12.2.** Na execução do objeto contratual serão seguidas as normas do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **CEDAE** (RILC), bem como os dispositivos da CEDAE-DPO-1, cujas cópias poderão ser adquiridas na Coordenação de Licitações de Obras e Serviços de Engenharia, à Avenida Presidente Vargas, 2655 – 7º andar, no horário de 9:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas.
- 12.3.** A **CONTRATADA** se responsabilizará, por si e seus sucessores, por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que, a qualquer título, causar à **CEDAE**, ao Estado do Rio de Janeiro e/ou terceiros, em decorrência da execução dos serviços objeto deste contrato.
- 12.4.** A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6.514 de 22 de Dezembro de 1997 e da Portaria nº 3214 de 08 de junho de 1978 e suas Portarias modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, Título II, da CLT, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.
- 12.4.1.** Todos os empregados da **CONTRATADA** deverão trabalhar com Equipamento de Proteção Individual (EPI), tais como capacetes, botas, capas, óculos e demais equipamentos adequados para cada tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido. A Fiscalização poderá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos, O ônus da paralisação correrá por conta da **CONTRATADA**, mantendo-se inalterado o prazo de execução do serviço.
- 12.5.** Todos os materiais/equipamentos empregados na execução do serviço de engenharia deverão ser de primeira qualidade e novos, sujeitando-se a **CONTRATADA** à realização dos ensaios/testes e Controles de Qualidade determinados pela Fiscalização.
- 12.6.** Em todos os casos em que a execução dos serviços, por motivos imputáveis à **CONTRATADA**, ocasionar prejuízos aos serviços já executados, a **CONTRATADA** arcará com os custos de restauração para recolocá-los em suas condições originais.

12.7. A **CONTRATADA** responderá de maneira absoluta e inescusável pelos serviços, assumindo inteira, total e exclusiva responsabilidade pela sua execução e qualidade técnica.

12.8. A **CONTRATADA** deverá refazer aquilo que for rejeitado pela Fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. A subcontratação de partes do serviço de engenharia – somente serviços de monitoramento de veículos e locação de veículos e equipamentos utilizados para realizar os serviços - será permitida desde que prévia e expressamente autorizado pela CEDAE, respeitado o limite máximo de 25 % (vinte e cinco por cento) do objeto contratual, e desde que a execução da parcela principal ou de maior relevância do contrato não seja subcontratada.

13.2. Não será permitida a subcontratação de empresa ou consórcio que tenha participado do procedimento licitatório do qual se originou a contratação ou, direta ou indiretamente, da elaboração de projeto básico ou executivo.

13.3. A **CONTRATADA** será responsável, para todos os fins, pela execução e fiscalização da parcela do objeto contratual executado pelo subcontratado, não havendo qualquer prejuízo de suas responsabilidades contratuais e legais em razão da subcontratação.

13.4. A **CONTRATADA** deverá apresentar documentação do subcontratado comprovando sua qualificação técnica necessária à execução da parcela do serviço que será objeto da subcontratação.

13.5. Competirá à Comissão de Fiscalização a verificação dos documentos mencionados, dos limites da subcontratação estabelecidos no edital e no contrato e das condições impeditivas constantes do art. 78, §2º, da Lei nº 13.303/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitarão a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que lhe couber, às penalidades seguintes:

a) advertência;

b) multa administrativa;

c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a CEDAE por prazo não superior a 2 (dois) anos;

14.2. A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

14.3. A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" do item 14.1, serão impostas pelo Diretor responsável, na forma do art. 21, parágrafo primeiro, do Procedimento de aplicação de sanções da CEDAE.

14.4. A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CEDAE, previstos na alínea "c" do item 14.1, será imposta pelo Diretor Presidente desta Companhia, na forma do art. 21, parágrafo terceiro, do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE.

14.5. A **multa administrativa**, prevista na alínea "b" do item 14.1, será aplicada à CONTRATADA pelo descumprimento de suas obrigações acessórias, observando o que segue:

i) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento), aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas **não** executadas;

ii) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;

iii) O somatório das multas administrativas deverá observar o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.

iv) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade; e

v) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso, com a multa rescisória e com a multa prevista na cláusula vigésima quarta, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa.

14.6. A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do item 14.1, será aplicada conforme as disposições do art. 9º do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE, observando o seguinte:

i) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

ii) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito deste valor no prazo devido;

iii) Será aplicada pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento das obrigações previstas no item 10.11.

14.7. A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da **CEDAE**, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.

14.8. O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à **multa de mora** por dia útil que exceder ao prazo estipulado, conforme percentuais abaixo:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso; e

b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, até o limite máximo de 20%.

14.9. As multas porventura aplicadas serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**; ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

14.10. A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação de defesa.

14.10.1. A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.

14.11. Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

14.12. Todas as multas previstas neste contrato, incluindo a rescisória e a prevista na cláusula vigésima quarta, item 24.8, serão somadas quando aplicadas cumulativamente, e terão como limite seus respectivos percentuais máximos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RESCISÃO CONTRATUAL

15.1. A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão com as consequências cabíveis.

15.2. A rescisão contratual poderá ocorrer por:

- I – ato unilateral e escrito, quando verificada a ocorrência de qualquer das situações descritas no art. 222 do RILC;
- II- acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de contratação, desde que seja vantajoso à **CEDAE**; ou
- III – decisão judicial ou arbitral.

15.3. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo administrativo que ensejou a contratação, sendo assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e ampla defesa.

15.4. Quando a rescisão ocorrer por interesse exclusivo da **CEDAE**, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido.

15.5. A rescisão por ato unilateral da **CEDAE**, quando justificada no descumprimento de obrigações contratuais por parte da **CONTRATADA**, acarretará a aplicação de multa rescisória, no percentual de 10% (dez por cento) calculada sobre o saldo reajustado do contrato, bem como a execução da garantia contratual e/ou a utilização dos créditos decorrentes do próprio contrato.

15.6. A **CEDAE** se reserva ao direito de cobrar indenização suplementar em juízo se ficar constatado que o prejuízo causado foi superior ao valor da multa rescisória aplicada, conforme autorização contida no art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.

15.7. A rescisão contratual por acordo entre as partes será da competência da autoridade referida no art. 25 do RILC; enquanto a rescisão unilateral ficará a cargo do Diretor responsável pela contratação, conforme art. 15 do Procedimento Interno de Sanções da **CEDAE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

16.1. Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, deverá comunicar o fato de imediato à Fiscalização da **CEDAE** e ratificar por escrito a comunicação, informando os efeitos danosos do evento.

16.2. Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a **CONTRATADA** ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação de a **CEDAE** remunerá-las.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ENCARGOS CONTRATUAIS

17.1. A **CONTRATADA** será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes às legislações fiscal, comercial, trabalhista e previdenciária que incidam ou venham a incidir sobre o presente Contrato, os quais correrão por sua exclusiva conta.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ALTERAÇÃO CONTRATUAL

- 18.1.** Desde que não se altere a natureza do objeto, o contrato poderá ser modificado por acordo entre as partes, através de termo aditivo, conforme disposições contidas no art. 207 do RILC.
- 18.2.** Os contratos celebrados nos regimes de "empreitada por preço unitário", "empreitada por preço global", "contratação por tarefa", "empreitada integral" e "contratação semi-integrada" somente poderão ser alterados nos casos e na forma admitida nos artigos 42, §1º, IV, e 81 da Lei nº 13.303/2016.
- 18.3.** Os contratos cujo regime de execução seja a "contratação integrada" não serão passíveis de alteração, exceto quando esta possibilidade estiver expressamente prevista em sua matriz de riscos, e não decorrer de eventos supervenientes alocados como de responsabilidade da contratada, conforme §8º do art. 81 da Lei nº 13.303/2016.
- 18.4.** Quando houver necessidade de alteração do contrato para a inclusão de itens novos, estes serão definidos com base nos preços da tabela EMOP vigentes à época da estimativa orçamentária, considerando-se em sua cotação os descontos oferecidos pela **CONTRATADA** em sua proposta, bem como a taxa de BDI especificada no orçamento-base da licitação (quando houver BDI), atualizados financeiramente pelo índice contratualmente previsto.
- 18.5.** Em não sendo possível identificar o preço pelo método definido no item anterior, a **CEDAE** se guiará pelo disposto no art. 35, inciso I, letras "a" do RILC, aplicando-se ao preço apurado o desconto ofertado pela **CONTRATADA**, sem atualização financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSÃO

- 19.1.** O atraso, tolerância ou omissão por parte da **CEDAE** no exercício de quaisquer direitos que lhe assistem na forma deste contrato, em geral, não poderão ser interpretados como novação ou renúncia a tais direitos, podendo a **CEDAE** exercitá-los a qualquer tempo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

- 20.1.** As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia

prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

- 20.2.** Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA - CASOS OMISSOS

- 21.1.** Os casos omissos serão resolvidos conforme disposto na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA DO OBJETO

- 22.1.** Aceitação Provisória ocorrerá ao término de cada exercício financeiro, mediante emissão de PARECER CIRCUNSTANCIADO PARA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA (doc. ref. ANEXO VI da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), que será assinado pelas partes atestando o cumprimento de todas as cláusulas contratuais.
- 22.2.** A competência para a emissão do PARECER CIRCUNSTANCIADO PARA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA será da Comissão de Fiscalização do Contrato, não se exigindo da **CONTRATADA** a comunicação acerca da entrega dos resultados dos serviços executados.
- 22.3.** Se a Comissão de Fiscalização do Contrato vier a constatar alguma incorreção nos serviços executados, deverá relatá-la no citado parecer e encaminhar uma cópia deste ao Gerente do Contrato, para adoção das providências necessárias.
- 22.4.** O prazo para elaboração do parecer circunstanciado em questão será de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada exercício financeiro.
- 22.5.** Somente no último mês/etapa/parcela de execução do Contrato é que a Comissão de Fiscalização e o Gerente do Contrato deverão obedecer ao procedimento necessário à emissão do **TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA** (doc. Ref. ANEXO I da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), abaixo descrito:
- I.** A **CONTRATADA** deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.
 - II.** As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e encaminhada à **CEDAE**, juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e com os documentos exigidos para realização do pagamento. O Representante da **CEDAE** não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento do último mês/etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.

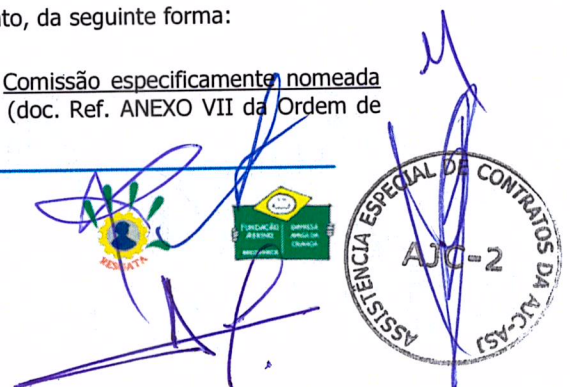
- III.** Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão do último mês/etapa/parcela a **CONTRATADA** se omitir ou se recusar a realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado, ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de suas obrigações e da consequente suspensão do prazo para pagamento.
- IV.** Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar por meio de carta redigida em papel timbrado quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente à última fatura ficará suspenso.
- V.** A obrigação será considerada adimplida pelo cumprimento da etapa/parcela acompanhada dos documentos exigidos neste contrato para a realização do correspondente pagamento.
- VI.** O representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à **CONTRATADA** recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.
- VII.** De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega do recibo à **CONTRATADA**, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive o atesto da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da última fatura pela Comissão de Fiscalização.
- VIII.** A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.
- IX.** Caberá à Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto no último mês/etapa/parcela dos serviços, e deverão ser registradas no processo.
- X.** O procedimento mencionado acima poderá ser dispensado quando a contratação não ultrapassar o valor total de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), ou quando se referir a serviços técnicos profissionais listados no art. 30, inciso II da Lei 13.303/2016, casos em que será substituído pela emissão de simples "recibo", conforme autorização contida nos itens 1.2.7 e 1.2.7.1 da Ordem de Serviço n. 14.693/2017.

22.6. A Comissão de Fiscalização deverá fornecer à **CONTRATADA**, se por ela solicitado, a Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que disciplina o recebimento provisório e definitivo nos contratos da **CEDAE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA ACEITAÇÃO DEFINITIVA DO OBJETO

23.1. O serviço executado será recebido definitivamente ao final do contrato, da seguinte forma:

23.2. A aceitação definitiva do objeto pactuado será feita por meio de Comissão especificamente nomeada para este fim, mediante emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA (doc. Ref. ANEXO VII da Ordem de Serviço n. 14.693/2017).



23.3. A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta), solicitará à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

23.4. De igual modo, a **CONTRATADA** deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

23.5. No caso de omissão ou recusa da **CONTRATADA** em solicitar à **CEDAE** a aceitação definitiva do objeto contratado, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de se manifestar pela efetiva solicitação em, no máximo, 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da notificação.

23.6. Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do contrato reterá a garantia contratual, se houver.

23.7. Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela **CONTRATADA**.

23.8. A inobservância do parágrafo anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE – LEI ESTADUAL 7.753/2017

24.1. Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

24.2. A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o **Código de Ética e Conduta da CEDAE**, presente no link www.cedae.com.br/governancacorporativa.

24.3. A violação aos itens 24.1 e 24.2 pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na



aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

- 24.4.** A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos itens 24.1 e 24.2, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.
- 24.5.** A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no *"conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública"*.
- 24.6.** O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.
- 24.7.** A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituí-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.
- 24.8.** O não atendimento ao disposto no item anterior implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.
- 24.9.** O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.
- 24.10.** O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.
- 24.11.** O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.
- 24.12.** Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.
- 24.13.** As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."

24.14. A prática de atos de contra a Administração Pública Estadual sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013, na forma do Decreto Estadual nº. 46.366/2018.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUINTA- DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. Todos os originais dos documentos, estudos, fluxogramas, especificações, folhas de cálculos, etc., elaborados pela **CONTRATADA** serão propriedade da **CEDAE** e neles não deverá constar qualquer declaração que limite este direito.

25.2. À **CONTRATADA** é vedado dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros qualquer dado, documentação preparada ou recebida para a execução dos serviços, dar entrevistas faladas ou escritas, salvo com prévia e formal autorização da **CEDAE**.

25.3. A **CONTRATADA** providenciará todos os documentos necessários para que seu pessoal possa executar legalmente os serviços especificados neste contrato.

25.4. A **CEDAE** não será responsável por quaisquer danos ou prejuízos que a **CONTRATADA**, direta ou indiretamente, por si ou seus prepostos, causar a terceiros em virtude da execução dos serviços de que cuida este contrato. Em qualquer hipótese, a **CONTRATADA** será, sempre, a única e exclusiva responsável pelo seu ressarcimento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

26.1. O extrato desta contratação será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de mera publicidade, e posteriormente divulgado no sítio eletrônico da **CEDAE**.

26.2. Após a publicação no Diário Oficial, deverá ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 280/2017 para o envio das informações nos casos exigidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - FORO

27.1. Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes deste Contrato, as partes elegem o foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

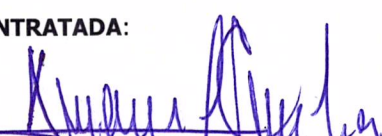
Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 2019.

Pela **CEDAE**:

HELIO CABRAL MOREIRA
Diretor Presidente

ARMANDO COSTA VIEIRA JUNIOR
Diretor de Distribuição e Comercialização
Metropolitana

Pela **CONTRATADA**:


AMAURY ANTONIO BOTELHO CUNHA
Procurador

ENGETÉCNICA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES
LTDA. "em recuperação judicial"


ANA PAULA BURICHE COUTINHO
Procuradora

ARKHE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA
"em recuperação judicial"

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____

Contr-CONS-ENGETECNICA-ARKHE-manutenção-sistema-esgotamento-sanitário-DL-001-2019-DM

ANEXO

1 - OBJETO:

“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA APOIO AOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM ÁREAS DE BAIXA RENDA ATENDIDAS PELAS UPP (UNIDADE DE POLÍCIA PACIFICADORA) E OUTRAS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO”.

2 - JUSTIFICATIVA:

Atendendo a crescente demanda de saneamento contemplando coleta, transporte e disposição final de esgotos, aliada as necessidades das populações de Baixa Renda e as novas concepções de produtividade da administração, a CEDAE procedeu à referida contratação, fundamentada no inciso XV do art. 29 da Lei nº 13.303/16, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, ou até a conclusão do novo procedimento licitatório, o que primeiro ocorrer, para que não haja interrupção dos serviços que são necessários e essenciais a prestação de serviços às comunidades cariocas.

3 - ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

3.01- SERVIÇOS PRELIMINARES E ADMINISTRAÇÃO:

Este item consiste em Engenheiro da obra (residente), auxiliar técnico, mão de obra administrativa, mestre, encarregado, vigia, apontador, almoxarife, veículos de uso da obra (carros de passeio, *pick-up*), fotografia, material de escritório e limpeza, ART, RRT, computador da obra, energia, consumo de água, telefone, bebedouro, aparelho de ar condicionado, subsídios em cursos de capacitação/treinamento e demais itens necessários ao bom funcionamento do canteiro.

3.02- SINALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

A sinalização visual dos serviços e intervenções, em logradouros públicos, deverá ser executada pela CONTRATADA em estrito atendimento às diretrizes estabelecidas nas normas dos órgãos competentes e da CEDAE. A obtenção dessas normas será de responsabilidade da CONTRATADA.

3.03 - MÃO DE OBRA E ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS:

Como todos os sistemas não são conhecidos pela CEDAE seja por execução/ampliação por parte dos moradores ou de outros Programas que não enviaram o cadastro para a Companhia, vamos executar os seguintes serviços:



- Atualização do cadastro técnico dos componentes do sistema de redes coletoras;
- Correção de vazamentos e deficiências na integralidade dos sistemas de saneamento;
- Extensão de pequenos trechos de rede coletora, visando atender novos consumidores;
- Serviços de Desobstrução e Limpeza de Redes de Esgoto;
- Execução de Limpeza Manual dos Poços de Visitas;
- Serviços de instalação de Poços de Visitas e caixas separadoras de sólido;
- Atualização do cadastro de consumidores;
- Ligações domiciliares de esgoto sanitário.

RECOMPOSIÇÃO DE TERRENO E DE PAVIMENTO:

Após a execução dos serviços e intervenções, todas as condições originais de pavimentação deverão ser restabelecidas, tanto em áreas privadas como em logradouros públicos. O material excedente resultante da escavação de valas poderá ser depositado, contido de forma conveniente em áreas públicas ou privadas, após a obtenção da devida autorização, por escrito, do proprietário da área ou da autoridade pública competente ou ser descartado em vazadouro oficial.

3.04 - FORNECIMENTO DE MATERIAIS:

Todos os materiais, tubos e conexões constantes das planilhas de orçamento a serem fornecidos e instalados pela Contratada em cada serviço deverão ser novos e reconhecidamente de primeira qualidade. Não será permitido o emprego de peças reconhecidas ou já usadas. Tubos, conexões, ferramentas e materiais danificados ou sem condições de utilização ou que apresentarem defeitos no ato da sua utilização não serão aceitos para fins de execução dos serviços.

Ademais, todos os materiais deverão estar em conformidade com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), bem como com as exigências técnicas da CEDAE, que poderão ser superior ao exigido pelas referidas normas.

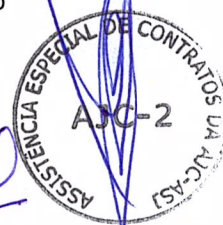
Nesse caso, a Contratada será previamente cientificada sobre as características que deverão ter os materiais, tubos e conexões e serão obrigadas a seguir as normas internas da CEDAE.

A utilização de material fora das especificações determinadas pela fiscalização ensejará a aplicação de desconto no montante total a ser pago pelo material, além de não desobrigar a utilização de produto de qualidade a ser vistoriado pela Fiscalização.

A Contratada, quando utilizar material ou equipamento fora das especificações determinadas pela Fiscalização estará sujeita a multa. No entanto, poderá se defender administrativamente, apresentando justificativa plausível, cabendo à Fiscalização a sua aceitação (para isentá-la da multa) ou não (caso em que a multa será mantida).

3.05 - LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS:

Os equipamentos de desobstrução de esgotos deverão ter, no máximo, cinco anos de uso, no início do contrato. Nos equipamentos de esgoto também deverá ser instalado dispositivo de sinalização na parte traseira.



Todos os veículos deverão ser de uso exclusivo e adesivados de acordo com o padrão CEDAE, que preconiza carrocerias na cor branca.

Qualquer veículo que for dispensado ou retirado de vez para o serviço é de responsabilidade da contratada a retirada completa de todos os adesivos padrão da CEDAE.

3.06 - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SÓCIO AMBIENTAL:

A implementação de ações e atividades de cunho sócio-ambientais tem por objetivo fazer com que o indivíduo e a coletividade compreendam a natureza complexa tanto do Meio Ambiente natural como a criada pelo homem - resultante da interação de seus aspectos biológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais - e adquirirem os conhecimentos, os comportamentos e as habilidades práticas para participarem de maneira responsável e eficaz na preservação dos recursos naturais e na solução dos problemas sócio-ambientais de sua comunidade.

Neste Programa de Operação e Manutenção vamos priorizar as atividades educativas e apoiar a participação da população.

Serão tratadas questões relativas ao Meio Ambiente, Saúde e Saneamento, bem como o incentivo ao "consumo e descarte com responsabilidade" baseado em compromissos estabelecidos em parceria empresa e comunidade, vinculando competências e responsabilidades de ambas as partes.

Como resumo de atividades podemos destacar:

- Montagem de trabalho multidisciplinar, com foco em análise e recuperação de receita, racionalização de uso dos serviços ofertados, atividades diversas de cunho ambiental e conscientização da população para manter a integralidade do sistema implantado;
- Execução de Programas e Ações Sócio-Ambientais em consonância com as organizações comunitárias existentes, visando a multiplicação das informações sobre a correta utilização dos sistemas de esgotamento com as Associações, ONGs, lideranças locais, etc.

4- LOCAL DE EXECUÇÃO:

DAS COMUNIDADES ONDE OS SERVIÇOS SERÃO EXECUTADOS:

- Babilônia, Chácara do Céu, Chapéu Mangueira, Cidade de Deus, Santa Marta, Estrada do Tijuáçu, Ladeira dos Tabajaras, Mangueira (Botafogo), Mata Machado, Matinha, Morro do Cantagalo, Morro dos Cabritos, Pavão-Pavãozinho, Rocinha e Vidigal.

- Gardênia Azul, Cidade de Deus, Muzema, Rio das Pedras, Tijuquinha, Canal do Anil, Morada do Sol, Rua Moisés nº 87, Santa Efigênia, Tirol, Vila Nova Esperança, Vila N. S. da Paz e Vila da Paz.

- Alto Simão, Andaraí, Arará, Árvore Seca, Barão de Santo Ângelo, Barreira do Vasco, Barro Preto, Barro Vermelho, Beco Ocidental, Biquinha, Bispo 117, Borda do Mato, Borel, Cachoeira Grande, Cachoeirinha, Camarista Méier, Casa Branca, Cerro Corá, Céu Azul, Chácara do Céu, Chacrinha, Clara Nunes, Coréia, Coroa, Coroad, Cotia, Cruz, Encontro, Escondidinho, Fallet, Fogueteiro, Formiga, Gambá, Guararapes, Indiana, Jacarezinho, Jamelão, Júlio Ottoni, Juscelino Kubitschek, Ladeira dos Funcionários, Macacos, Mangueira, Matriz, Mineira, Amor, Céu, Pinto, Urubu, Nova Divinéia, Outeiro, Pq Alegria, Pq Esperança, Pq Conquista, Pq Herédia de Sá, Pq João Paulo II, Pq N S da Penha, Pq São Sebastião, Pq Vila Isabel, Pau da Bandeira, Paula Ramos, Pedro Américo, Pereirão, Prazeres, Providência, Querosene, Queto, Quinta do Caju, Rato Molhado, Rodo, Salgueiro, Santa Terezinha, Santo Amaro, São Carlos, São João, Sumaré, Tancredo Neves, Tavares Bastos, Tavares Bastos II, Tuiuti, Turano (Matinha), Turano (Rio Comprido), Vila Anchieta, Vila Cabuçu, Vila Clemente Ferreira, Vila do Santos, Vila Elza, Zinco, Fubá, Vila Clemente Ferreira e Campinho.

- Dendê, Estrada do Itararé, Joaquim de Queiroz, Baiana, Caixa D'Água, Fé, Palmeiras, Adeus, Complexo do Alemão, Complexo da Maré; Caracol, Cariri, Piancó, Sereno, Mourão Filho, Nova Brasília, Para Pedro, Pq Acari, Pq Alvorada, Pq Jardim Beira Mar, Pq Proletário de Vigário Geral, Pq Proletário do Grotão, Relicário, Rua 1, Rua Armando Sodré, Rua Frei Gaspar, Rua Laudelino Freire, Te Contei, Vila Cruzeiro, Vila Esperança, Vila Matinha, Pq Proletário da Penha, Vila Rica, Vila Rica de Irajá e Quitungo.

5 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a execução de todas as atividades necessárias à completa realização dos serviços contratados, em consonância com as prescrições contidas no contrato, nas Planilhas de Orçamento e no Cronograma de Execução.

Fica reservado à CEDAE o direito e autoridade para resolver todo e qualquer caso singular e por ventura omissos e que não seja definido em outros documentos contratuais, bem como o próprio Contrato.

Na existência dos serviços não especificados a CONTRATADA somente poderá executá-los após a aprovação da CEDAE.

Em todas as frentes de serviços deverá ser executada a limpeza posterior do local que por ventura tenha sido afetada durante a sua execução.

Os serviços serão fiscalizados por intermédio de funcionário(s) designado(s) pela CEDAE e respectivos auxiliares, elementos estes doravante designados pelo nome FISCALIZAÇÃO.

Não se poderá alegar em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, qualquer elemento da CONTRATADA, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições do TERMO DE REFERÊNCIA, do Contrato, bem como de tudo que estiver contido nas Normas, Especificações e Métodos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Deverá a CONTRATADA acatar de modo imediato as ordens da FISCALIZAÇÃO, nos termos do documento da Licitação e do Contrato.

Ficam reservados à FISCALIZAÇÃO o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos, duvidosos, não previstos no Contrato, e em tudo o mais que de qualquer forma se relacione ou venha a se relacionar, direta ou indiretamente, com os serviços em questão e seus complementos.

A CONTRATADA deverá permanentemente ter e colocar à disposição da FISCALIZAÇÃO os meios necessários e aptos a permitir a medição dos serviços executados, bem como a inspeção das frentes de serviços, dos materiais e dos equipamentos independente das inspeções e medições para efeito de faturamento e ainda, independente do andamento dos serviços.

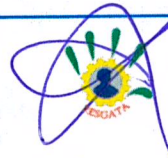
A existência e a atuação da FISCALIZAÇÃO em nada diminui a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços e suas implicações próximas ou remotas, sempre em conformidade com o Contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes.

A FISCALIZAÇÃO poderá exigir, a qualquer momento, de pleno direito, que sejam adotadas pela CONTRATADA providências suplementares necessárias à segurança dos serviços e ao seu bom andamento.

A condução geral dos serviços pela CONTRATADA ficará a cargo de um engenheiro, e em cada frente de trabalho por responsáveis devidamente habilitados. Todas as ordens dadas pela FISCALIZAÇÃO ao Engenheiro serão consideradas como se fossem dirigidas diretamente à CONTRATADA; por outro lado, todo e qualquer ato efetuado ou posição tomada pelo referido Engenheiro, ou ainda omissões de responsabilidade do mesmo, serão consideradas para todo e qualquer efeito como tendo sido da CONTRATADA.

O Engenheiro das diversas frentes de trabalho e os responsáveis, cada um no seu âmbito respectivo, deverão estar sempre em condições de atender à FISCALIZAÇÃO e prestar-lhe todos os esclarecimentos e informações sobre o andamento dos serviços, sua programação, as peculiaridades das diversas tarefas e tudo o mais que a FISCALIZAÇÃO reputar necessário ou útil e que se refira, diretamente aos serviços e suas implicações.

O quadro do pessoal da CONTRATADA deverá ser constituído de trabalhadores habilitados que poderão ser substituídos quando julgados necessário pela FISCALIZAÇÃO devido à conduta inconveniente que possa prejudicar o bom andamento e a perfeita execução



dos serviços. A FISCALIZAÇÃO terá plena autoridade para suspender, por meios amigáveis ou não, os serviços, total ou parcialmente, sempre que julgar conveniente por motivos técnicos, de segurança, disciplinares ou outros. Em todos os casos, os serviços só poderão ser reiniciados após autorização formal da FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATADA não poderá executar qualquer serviço que não seja autorizado pela FISCALIZAÇÃO, salvo os eventuais de emergência.

Cabe à CONTRATADA total responsabilidade na execução dos serviços prover meios necessários para que todos os serviços sejam executados rigorosamente em concordância com o disposto nas Especificações Técnicas, nas Normas e Métodos pertinentes da ABNT e dentro dos prazos e demais condições contratuais estabelecidas.

6- CONDIÇÕES GERAIS:

Deverão ser obedecidas as normas e especificações da ABNT existentes para fornecimento de materiais/equipamentos e execução de serviços e intervenções similares.

A CONTRATADA deverá respeitar as posturas, normas técnicas, padrões e restrições pertinentes a cada caso específico, inclusive no tocante às normas de equipamentos de segurança de transporte além da adequação à legislação do município, observando as características e normativas fiscais deste;

Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA a aplicação da Portaria n.º 3.214 de 08 de junho de 1978 do Ministério do Trabalho e Emprego, suas Portarias Modificadoras, Normas Regulamentadoras e Anexos, consubstanciados na Lei n.º 6514/77, que trata da Segurança e Saúde do trabalhador, durante a execução do presente contrato, em especial, na forma prevista na Norma Regulamentadora n.º 1 (NR-1);

É obrigação da CONTRATADA não só fornecer gratuitamente aos empregados equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), bem como uniformes e calçados que realmente protejam a integridade física do trabalhador diante de agentes insalubres ou de atividades perigosas, como também fiscalizar, de forma eficaz, o uso desses equipamentos de proteção, solicitando a orientação que se fizer necessária do Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) da CEDAE;

Caberá ainda a CONTRATADA, ser responsável pela atualização e controle das Cadernetas de Vacinação contra Hepatite A e Tétano de todos os empregados.

Em face da natureza do presente contrato, a CEDAE está isenta de responsabilidade por acidente de qualquer espécie que vier a ocorrer com os empregados da CONTRATADA, a qual se responsabiliza e se obriga, de pleno direito, por todo e qualquer pagamento de indenização ou de condenação judicial referente a acidentes do trabalho ou a reparações.

Os veículos destinados a transporte de pessoal deverão ser novos, zero km no início do contrato e estar em condições adequadas que promovam a segurança e o conforto dos

funcionários transportados. Em cumprimento à legislação específica sobre o assunto, por ser vedado o transporte de pessoas em compartimentos destinados a carga, todos os veículos e equipamentos destinados ao transporte de mais de 2 passageiros deverão ser providos de cabine auxiliar. Em todos os veículos deverão ser instalados equipamentos de sinalização luminosa intermitente na cor amarela fixado no teto dos veículos.

Tanto o emprego de equipamentos, mão de obra e materiais, como execução de serviços, deverão obedecer as normas técnicas, método de ensaio, terminologia, padronização e simbologia adotada pela ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas, bem como as normas da CEDAE.

Quando não existir Norma Brasileira ficará a critério da Fiscalização a indicação da norma a ser seguida.

Para todos os efeitos, subentende-se que a CONTRATADA é conhecedora dos métodos e suficientemente familiarizada com as normas de execução exigidas pelos vários serviços e, assim sendo, as especificações apenas orientam e complementam as informações necessárias a sua execução.

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO – ANS ANEXO AO CONTRATO CEDAE Nº 002 / 2019.

1- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Fica estabelecido entre as partes o presente Acordo de Nível de Serviços – ANS, o qual tem por objetivo medir a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA.

1.2. A medição da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA será feita por meio de desconto sobre o valor do serviço.

1.3. As situações abrangidas pelo Acordo de Nível de Serviços – ANS se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a CONTRATADA das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas.

1.4. A CONTRATANTE poderá alterar os procedimentos metodologia de avaliação durante a execução contratual, por escrito, sempre que o novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior e não houver prejuízos para a CONTRATADA.

2- DOS PROCEDIMENTOS

2.1. O Fiscal do Contrato designado pela CONTRATANTE acompanhará a execução dos serviços prestados, atuando junto ao preposto indicado pela CONTRATADA.

2.2. Verificando a existência de irregularidades na prestação dos serviços, a Comissão de Fiscalização notificará a CONTRATADA para que esta solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos em um prazo de 3 (três) dias úteis.

2.3. A notificação quanto à existência de irregularidades na execução do contrato poderá ser enviada pela CONTRATANTE por correio eletrônico.

2.4. A notificação será enviada ao preposto da CONTRATADA, sendo que irá se presumir o recebimento pelo e-mail informado à Comissão de Fiscalização.

2.5. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela CEDAE, desde que

comprovada à excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador de serviço.

2.6. Uma semana antes da apresentação da fatura mensal para ateste e pagamento, o Fiscal do Contrato informará à CONTRATADA o resultado da avaliação mensal do serviço.

2.7. A CONTRATADA, de posse das informações repassadas pelo Fiscal do Contrato, emitirá fatura mensal relativa aos serviços prestados, abatendo do valor devido pela CONTRATANTE os descontos relativos à aplicação do Acordo de Nível de Serviços.

2.8. O Fiscal do Contrato, ao receber da CONTRATADA as faturas mensais para ateste, somente o fará quando verificada a dedução dos descontos acima mencionados.

2.9. Verificada a regularidade da fatura, o Fiscal do Contrato juntará a estas os termos de notificação produzidos no período, e os encaminhará para pagamento.

2.10. Em caso de não acolhimento das razões da CONTRATADA, apresentada à Comissão de Fiscalização na forma dos itens 2.2 e 2.5, o desconto na fatura será realizado.

3- DA QUALIDADE DO SERVIÇO

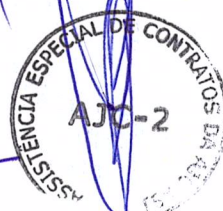
3.1 A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, na execução dos serviços para CONTRATANTE utilizar equipamentos, instalações e métodos operativos que garantam os melhores níveis de segurança, qualidade, continuidade e confiabilidade dos serviços, bem como manter recursos humanos adequadamente habilitados.

3.2 A CONTRATADA deverá obedecer na execução dos serviços, os prazos estipulados, bem como atingir metas de qualidade e segurança constantes neste ANS e no Termo de Referência, enquanto a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (AGENERSA) não dispor de outros prazos e metas em normativa própria.

3.3 Os parâmetros de qualidade do serviço de saneamento básico que deverão ser seguidos pela CONTRATADA serão os mesmos que a Cedae tem que cumprir, a partir de critérios estabelecidos pela Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (AGENERSA), conforme consta no artigo 14 do Decreto Estadual nº 45.344.

Serviços que envolvam a abertura de passeio ou logradouros	Não executar de forma adequada as escavações e recomposições (passeio ou rua) seguindo as determinações das normas das Prefeituras locais.	0,2 Ponto	As Secretarias de Conservação dos municípios, em especial a do município do Rio de Janeiro, tem normas que determinam a forma como a abertura da vala deve ser realizada, entre outras questões que devem ser observadas pela Contratada. Na ausência de norma de determinado município, deverá ser executado na forma como preceitua a norma da Secretaria de Conservação do município do Rio de Janeiro, naquilo em que for cabível.
	S/ ACIDENTE		
	C/ ACIDENTE	1,0 Ponto	
Toda e qualquer prestação de serviço que demanda a utilização de materiais	Não será pago o valor do serviço executado com material fora de especificação da ABNT, até o material ser substituído pelo adequado.	1,0 Ponto	Para manter a qualidade da tubulação e dos serviços a serem prestados, torna-se essencial utilizar material de qualidade comprovada (dentro da especificação). Além do retrabalho sem pagamento, a Contratada será penalizada.
Todo e qualquer serviço	Não qualificar profissionalmente os empregados que irão prestar os serviços.	0,5 Ponto	Tal omissão acarretará na qualidade final dos serviços prestados junto ao cliente.
Todo e qualquer serviço	Não prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas em quantidade, qualidade e tecnologias adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislações.	0,1 Ponto	Tal procedimento visa garantir a qualidade final dos serviços e minimizar a reincidência de serviços.

6- DA FAIXA DE AJUSTE NO PAGAMENTO



6.1 A depender da pontuação acumulada pela **CONTRATADA** ao longo do mês em faturamento, serão realizados descontos na fatura mensal devida pela CEDAE, escalonando-se os percentuais de dedução conforme quadro abaixo:

Pontuação	Ajuste
02 pontos	Desconto de 02% sobre o valor total da fatura mensal
03 pontos	Desconto de 05% sobre o valor total da fatura mensal
04 pontos	Desconto de 08% sobre o valor total da fatura mensal
05 pontos	Desconto de 10% sobre o valor total da fatura mensal
06 pontos	Desconto de 12% sobre o valor total da fatura mensal
07 pontos	Desconto de 15% sobre o valor total da fatura mensal
08 pontos	Desconto de 18% sobre o valor total da fatura mensal
09 pontos	Desconto de 20% sobre o valor total da fatura mensal

7- CONCEITO DE REINCIDÊNCIA:

7.1 A reincidência do serviço é considerada quando um serviço prestado tem que ser novamente realizado por conta de má execução ou execução fora dos padrões de qualidade necessários para que haja duração de 6 meses de garantia.

7.2 Considera-se ainda reincidência quando o problema, embora não seja no exato trecho onde houve a prestação do serviço, decorra em consequência direta de um problema na realização deste.

7.3 Não é considerada reincidência quando determinado serviço tenha que ser refeito em virtude das características do local, os quais já apresentam certa precariedade, sendo que somente com a realização de obras de substituição, remanejamento, ampliação possam ser definitivamente sanados.

7.4 Também não é considerada reincidência quando o problema seja decorrente da atuação de terceiros, que realize uma ação direta que provoque a necessidade de refazer o serviço.

8- DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1 A Contratada deverá observar as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental:

I - economia no consumo de água e energia;

II - racionalização do uso de matérias-primas;

III - redução da emissão de poluentes, através de veículos (não operacionais) movidos à GNV (Gás Natural Veicular);

IV- que até 25% dos trabalhadores residam no município ou limítrofe da prestação de serviço.

9- DAS DEMAIS PENALIDADES E DO FORO

9.1. O presente Acordo de Nível de Serviço não implicará em prejuízo para a aplicação das penalidades previstas no art. 83 da Lei nº 13.303/16, bem como daquelas estabelecidas no contrato, diante de eventual descumprimento contratual.

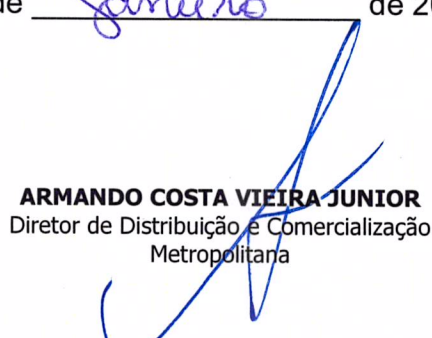
9.2. Fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro.

Rio de Janeiro, 18 de Januário de 2019.

Pela **CEDAE**:

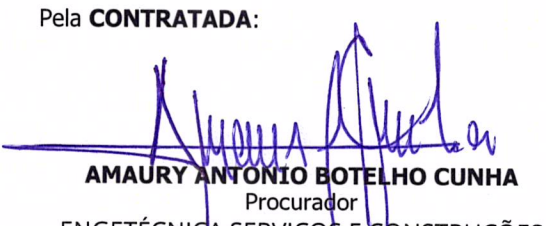


HELIO CABRAL MOREIRA
Diretor Presidente




ARMANDO COSTA VIEIRA JUNIOR
Diretor de Distribuição e Comercialização
Metropolitana

Pela **CONTRATADA**:



AMAURY ANTONIO BOTELHO CUNHA
Procurador
ENGETÉCNICA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES
LTDA. "em recuperação judicial"



ANA PAULA BURICHE COUTINHO
Procuradora
ARKHE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA
"em recuperação judicial"

EXONERAR, a pedido e com validade a contar de 01 de março de 2019, **ROSA MARIA MARINO DE OLIVEIRA**, ID FUNCIONAL Nº 5091976-8, do cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego e Renda, Processo Nº E-22/002/197/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 23 de outubro de 2017, **THAIS DE ANDRADE RIBEIRO**, ID FUNCIONAL Nº 5013681-2, do cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-8, da Fundação Teatro Municipal do Rio de Janeiro - FTMRJ, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, Processo Nº E-18/007/757/2019.

Nomear ANA CAROLINA AMARAL GUIMARÃES, ID FUNCIONAL Nº 4414005-3, para exercer o cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, anteriormente ocupado por Rogério Cádito da Costa, ID Funcional Nº 5095870-4, Processo Nº E-18/007/452/2019.

Nomear MARCIA CRISTINA CIL LANDIM FERREIRA para exercer o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Fundação Arina Mantuano das Artes do Estado do Rio de Janeiro - FUNARJ, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, anteriormente ocupado por Angela Maria da Fonseca Moreira, ID Funcional Nº 5092979-8, Processo Nº E-18/007/452/2019.

Nomear IGOR AMORIM RENHA para exercer o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, anteriormente ocupado por Nayara de Kássia do Nascimento, ID Funcional Nº 5087322-9, Processo Nº E-18/007/452/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 01 de fevereiro de 2019, **MARIA TEREZA GUEDES SOECELLOS**, ID FUNCIONAL Nº 139517-3, do cargo em comissão de Encarregado II, símbolo DAL-4, da Fundação Museu da Imagem e do Som - MJS, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, Processo Nº E-18/007/754/2019.

Id: 2168741

DESPACHO DO SECRETÁRIO
DE 15 DE MARÇO DE 2019

PROCESSO Nº E-42/207/915/2019 - AUTORIZO à disposição da servidora VANESSA LYRIO BOECHAT ALVES, Delegado de Polícia, ID Funcional Nº 2.913.802-7, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Polícia Civil, a fim de atuar junto à Corregedoria Geral da Controladoria Geral do Estado, pelo período de 02 (dois) anos, podendo ser renovado uma única vez, por igual período.

Id: 2168623

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
DE 15 DE MARÇO DE 2019

PROCESSO Nº E-27/001/31/2019 - AUTORIZO à permanência da disposição dos servidores dos Quadros de Pessoal da Secretaria de Estado da Defesa Civil, abaixo relacionados, na Coordenadoria Militar da Procuradoria-Geral do Estado.

NOME	POSTO	RG Nº
LUCIANA COSATI DE CARVALHO	MAJ BM	29.473
ANA BEATRIZ MANOES DE GUS-CAP BM		41.485
MÃO MACHADO COUTINHO		
MARCELO DA ROCHA DOS SANTOS	BM	15.215

PROCESSO Nº E-03/001/58/2019 - AUTORIZO à permanência da disposição dos servidores dos Quadros de Pessoal da Secretaria de Estado de Educação, **ALEXANDRE BECKER DE CASTRO**, Professor Docente I, ID Funcional Nº 4138343-5, **JORGINA CELIA TIBURCIO DOS SANTOS**, Servante, ID Funcional Nº 4072364-0, **SERGIO RICARDO FERREIRA HADJIM**, Professor Docente I, ID Funcional Nº 4064398-0 e **VIVIANE DE MORAES FREITAS RIBEIRO**, Professor Docente I, ID Funcional Nº 4195514-7, no Instituto Estadual de Ambiente - INEA, consoante os termos do Decreto nº 46.560, de 21 de janeiro de 2019.

PROCESSO Nº E-03/022/13/2019 - AUTORIZO à disposição da servidora JANAINA DE FÁTIMA SILVA ABDALLA, Pedagoga, ID Funcional Nº 1984582-0, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Educação, à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, consoante os termos do Decreto nº 46.560, de 21 de janeiro de 2019.

PROCESSO Nº E-02/702/107762/2019 - AUTORIZO à disposição da servidora ROBERTA RODRIGUES ALVES LOUVEN, Administrador, ID Funcional Nº 4378709-8, do Quadro de Pessoal do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, para a Prefeitura Municipal de Rio das Ostras, com ônus para o órgão cessionário.

Id: 2168728

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
DE 15 DE MARÇO DE 2019

PROCESSO Nº E-12/211/244/2019 - AUTORIZO à disposição do servidor estadual **SERGIO MOURA DA SILVA**, Técnico de Suporte de Computação e Processamento, ID 3215515-8, do Quadro de Pessoal do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ, para a Procuradoria Geral do Estado.

E-12/068/72/2019 - AUTORIZO à disposição do servidor estadual **SERGIO JEAN TRANJAN**, ID 4344258-7, do Quadro de Pessoal da Companhia Estadual de Habitação, pelo Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro, a contar de 01/01/2019.

E-07/702/107181/2019 - AUTORIZO à disposição da servidora estadual **TATIANE SOARES DA CUNHA CODEÇO**, Assistente Executiva, ID 5035767-0, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Educação para a Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, com ônus para o cessionário, nos termos do Decreto 46.560/2019.

E-12/207/12/2019 - AUTORIZO à disposição do servidor estadual **VICTOR ROSA DE SOUZA**, Auditor do Estado, ID 5029517-7, do Quadro de Pessoal da Controladoria Geral do Estado, a fim de exercer o cargo de Assessor-Chefe, símbolo VP-2, no Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ, sem ônus para o cessionário e a contar de 01/02/2019.

E-32/001/13/2019 - AUTORIZO à disposição do servidor estadual **ANTÔNIO DE SOUSA JUNIOR**, Auditor do Estado, ID 4415007-5, do Quadro de Pessoal da Controladoria Geral do Estado, a fim de ocupar o cargo de Assessor-Chefe, símbolo VP-2, no Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - LOTERJ, sem ônus para o órgão cessionário.

E-09/07/414/2019 - AUTORIZO à disposição da servidora estadual **RAQUEL VILLELA LEMES MARQUES**, Major PM, RG 77.239, do Quadro de Pessoal da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro para o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, sem ônus para o cessionário.

Id: 2168731

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
DE 15 DE MARÇO DE 2019

PROCESSO Nº E-12/207/456/2019 - AUTORIZO à disposição do servidor **MARCIO REMO CONDEIXA DA COSTA**, ID Funcional Nº 4185287-2, do Quadro de Pessoal do DEGASE, para a Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança.

PROCESSO Nº E-04/214/8/2019 - AUTORIZO à disposição do servidor estadual **LUIZ FELIPE MARTINS CORREA**, Auditor do Estado, ID 1942882-6, do Quadro de Pessoal da Controladoria Geral do Estado para a Secretaria de Estado de Fazenda, sem ônus para o cessionário.

PROCESSO Nº E-35/052/5/2019 - AUTORIZO à disposição da servidora estadual **IRINE RAMOS GAMBATI**, Ten Cel PM, RG 61.887, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro para a Fundação Saúde,

Id: 2168732

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 18/01/2019

DESIGNA ORLANDO RODRIGUES DE ALMEIDA, Agente de Saneamento I, como Presidente, **MARIA JOSÉ DO NASCIMENTO**, Agente Administrativo F, **CERES REGINA DE SANTA ROSA**, Téc. Eletromecânica II, **CLAUDINO VICTOR ROCHA DO ESPÍRITO SANTO**, Engenheiro E como membros titulares e **CARLOS TADEU FERREIRA DE SOUZA**, Agente de Saneamento E, como membro suplente. Gerente do Contrato **DAMIANO BARBOSA**, Agente Administrativo F, bem como **KETILLIN TUANY LIMA FRANCA**, Assessor Executivo, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização para a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA APOIO AOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM ÁREAS DE BAIXA RENDA ATENDIDAS PELAS UPP (UNIDADE DE POLÍCIA PACIFICADORA) E OUTRAS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO", de que trata o Processo Nº E-07/100.853/2018, Ordem de Serviço "E" Nº 15.422/2019.

Id: 2168481

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 13/03/2019

DESIGNA SANDRO ARANTES DRUMOND COUTINHO, Agente de Saneamento I, como presidente, **JUDAS TADEU FAJARDO VALENTE**, **MARCELO DIBE RODRIGUES**, **LEONARDO SILVA FERREIRA**, **JOAQUIM AUGUSTO RODRIGUES SERRA**, **FERNANDO AUGUSTO DE ABRÊU ALBUQUERQUE**, Agente de Saneamento I, **MAXWELL DA SILVA PASSAES**, **GELBER BARROS DE ANDRADE**, **FERNANDO PERINI LOPES NUNES**, Agente Administrativo F, **LUIZ ANTONIO DETOENE**, Agente Administrativo B, **VRIGLIANO DE OLIVEIRA REIS**, **RICARDO MACHADO DE OLIVEIRA**, Agente de Saneamento G, **JOSE LEONARDO CURCIO DA SILVA**, Agente Administrativo A, **JOSÉ GASPAS DE SOUZA**, Agente de Saneamento H, **RANIERI FELISBERTO NOGUEIRA**, Técnico Contabilidade II, **CLAUDILEI FELISBERTO FAGUNDES**, Técnico de Saneamento II, **ELVIO ALVES DA SILVA**, Agente de Saneamento C como membros titulares e **LUIZ AUGUSTO URURAHY POVOA**, Engenheiro D como membro suplente. Gerente do Contrato, **ALESSANDRO DA CUNHA MOREIRA**, Agente Administrativo F, bem como **MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO**, Técnico de Contabilidade II, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização, referente à "AQUISIÇÃO DE REGISTROS DE BRONZE DE DIVERSOS DIÂMETROS - CONTRATAÇÃO REGIDA PELA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002.2018/247100-01 - PE Nº 002/2018", de que trata o Processo Nº E-07/100.091/2019, Ordem de Serviço PFIS Nº 23.138-00/2019.

Id: 2168483

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 14/03/2019

DESIGNA ANDREA SERQUEIRA DE FARIAS, Agente Administrativo E, como Presidente, **MARCO AURELIO HAZELMAN VIEIRA**, Agente Administrativo E, **LUCIA SOARES DA SILVA**, Assessora Adjunta, **SERGIO REGO RODRIGUES**, Agente Administrativo F, **ANTONIO CESAR DA CUNHA E SILVA**, Agente Administrativo F, **TANIA PIRES MANSILHA DA SILVA**, Agente Administrativa F, **FABIO LUIS FERREIRA DA PAZ**, Assessor Técnico, **JOSÉ RIBAMAR GOMES DE SENA JUNIOR**, Agente de Saneamento I, **ADRIANA ALMEIDA LOPES DOS SANTOS**, Agente Administrativa F, como membros titulares e **ALESSANDRO DA CUNHA MOREIRA**, Agente Administrativo F, como membro suplente. Gerente do Contrato **ANDREA CONCEIÇÃO FERREIRA MARTINS**, Agente de Saneamento H, bem como **VALDECI FRANCISCO SARACHO**, Agente de Saneamento F, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização, referente à "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO ADMINISTRATIVA (GESTÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL), VISANDO ACRESCENTAR MELHORIA NA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA CEDAE A SER EXECUTADO NA FORMA INDIRETA POR PESSOA JURÍDICA, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO", de que trata o Processo Nº E-17/100.515/2018, Ordem de Serviço P/FIS Nº 23.138-00/2019 - Revoga Q.S. 15.275/2018.

Id: 2168482

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 13/03/2019

PROCESSO Nº E-07/100.654/2017 - HOMOLOGO a licitação por Pregão Eletrônico Nº 302/2019 (ASL-OP), realizado em 12/02/2019.

Id: 2168485

Secretaria de Estado de
Governo e Relações InstitucionaisSECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

ATOS DO DIRETOR-GERAL

*PORTARIA SEGOV/DGAF Nº 48 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2019

ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO SEGOV Nº 019/2018 CRIADO PELA PORTARIA SEGOV/DGAF Nº 21, DE 01.01.2019, PUBLICADA NO DOERJ DE 14.02.2019.

O DIRETOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, no uso das atribuições previstas na Lei Federal nº 8.666/1993, de 21 de junho de 1993 e no Decreto Estadual nº 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo Nº E-15/001/15/22/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - Substituir o servidor NORBERTO MATHIAS BUENO JR. - ID Funcional nº 4270985-7, que passará a Suplente, em eventual impedimento ou ausência de um dos Fiscais na Comissão de Fiscalização do Contrato nº 019/2018.

Art. 2º - Designar os servidores **FABRÍCIO SANTOS GUIMARÃES** - ID 2713672-8, **HELENA MARIA DE SOUZA E SILVA** - ID. 5036564-9 e **ROBERTSON SALES GUIMARÃES** - ID. 4347660, para, sob a coordenação do primeiro, constituir a atual Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato nº 019/2018.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria SEGOV/DGAF Nº 21, de 01 de janeiro de 2019, e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 2019

DANIEL CORTEZ

Diretor-Geral de Administração e Finanças

*Omitida no D.O. de 04/02/2019.

*PORTARIA SEGOV/DGAF Nº 49 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2019

ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO SEGOV Nº 029/2017 CRIADO PELA PORTARIA SEGOV/DGAF Nº 23, DE 01.01.2019, PUBLICADA NO DOERJ DE 14.02.2019.

O DIRETOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, no uso das atribuições previstas na Lei Federal nº 8.666/1993,

de 21 de junho de 1993 e no Decreto Estadual 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo Nº E-15/001/1279/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Substituir o servidor NORBERTO MATHIAS BUENO JR. - ID Funcional nº 4270985-7, que passará a Suplente, em eventual impedimento ou ausência de um dos Fiscais na Comissão de Fiscalização do Contrato nº 029/2017.

Art. 2º - Designar os servidores **FABRÍCIO SANTOS GUIMARÃES** - ID 2713672-8, **HELENA MARIA DE SOUZA E SILVA** - ID. 5036564-9 e **ROBERTSON SALES GUIMARÃES** - ID. 4347660, para, sob a coordenação do primeiro, constituir a atual Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato nº 029/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria SEGOV/DGAF Nº 22, de 01 de janeiro de 2019 e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 2019

DANIEL CORTEZ

Diretor-Geral de Administração e Finanças

*Omitida no D.O. de 04/01/2019.

*PORTARIA SEGOV/DGAF Nº 50 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2019

ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO SEGOV Nº 020/2015 CRIADO PELA PORTARIA SEGOV/DGAF Nº 25, DE 01.01.2019, PUBLICADA NO DOERJ DE 14.02.2019.

O DIRETOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, no uso das atribuições previstas na Lei Federal nº 8.666/1993, de 21 de junho de 1993 e no Decreto Estadual 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo Nº E-15/001/1365/2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Substituir o servidor NORBERTO MATHIAS BUENO JR. - ID Funcional nº 4270985-7, que passará a Suplente, em eventual impedimento ou ausência de um dos Fiscais na Comissão de Fiscalização do Contrato nº 020/2015.

Art. 2º - Designar os servidores **FABRÍCIO SANTOS GUIMARÃES** - ID 2713672-8, **HELENA MARIA DE SOUZA E SILVA** - ID. 5036564-9 e **ROBERTSON SALES GUIMARÃES** - ID. 4347660, para, sob a coordenação do primeiro, constituir a atual Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato nº 020/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria SEGOV/DGAF Nº 25, de 01 de janeiro de 2019, e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 2019.

DANIEL CORTEZ

Diretor-Geral de Administração e Finanças

*Omitida no D.O. de 04.02/2019.

Id: 2168478

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

AUTARQUIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA JURÍDICADESPACHO DO DIRETOR-JURÍDICO
DE 28/02/2019

PROCESSO Nº E-24/004/508/2013 - ASP TECNOLÓGICA EM INFORMÁTICA DO BRASIL LTDA - OR. ANDRÉ GONÇALVES ARRUDA - OAB/SP 200.777.

INTIME-SE o fornecedor sobre o conteúdo de fls. 106108, que versa sobre o pagamento de 02 (duas) Guas de Recolhimento do Estado.

Id: 2168480

Secretaria de Estado de Fazenda

SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOSDESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
DE 14/03/2019

PROCESSO Nº E-04/058/7/2019 - PAULO ROBERTO CAMPOS MACHADO, Auditor Fiscal da Receita Estadual, ID Funcional nº 1938956-6. AVERBE-SE, para fins de aposentadoria e disponibilidade, de acordo com a sentença que julgou procedente a pretensão do pedido especial em que trabalhou em condições adversas, perfazendo um total de 828 (oitocentos e vinte e oito) dias de tempo de serviço, conforme consta no processo nº 0140160-57.2017.4.02.5151, 7º Juizado Especial Federal - Poder Judiciário.

PROCESSO Nº E-04/204/387/2019 - ORLANDO MARTINS COELHO, Analista de Fazenda Estadual, ID Funcional nº 4482563-9. AVERBE-SE, para fins de aposentadoria e disponibilidade, de acordo com a forma permitida pelo Constituição Federal no atual §º, do art. 201, com alteração determinado pela Emenda Constitucional nº 20/98, o tempo de serviço/contribuição prestado ao REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, no período de 01/02/1982 a 17/11/1987, 01/02/1988 a 03/03/1989 e 11/12/2000 a 08/04/2012, totalizando 6.548 (seis mil, seiscientos e quarenta e oito) dias de efetivo exercício.

PROCESSO Nº E-04/264/398/2019 - HELDER LUCIO FONTANA CASARINI, Analista de Planejamento e Orçamento, ID Funcional nº 5025357-3. AVERBE-SE, para fins de aposentadoria e disponibilidade, de acordo com disposto no §º, do art. 201 CF/88, com alteração determinado pela Emenda Constitucional nº 20/98, o tempo de serviço/contribuição prestado ao REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, no período de 01/12/1993 a 09/04/1995 e 12/04/1995 a 15/04/2009, totalizando 5.805 (cinco mil seiscientos e cinco) dias de efetivo exercício.

Id: 2168424

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA

ATO DO SUBSECRETÁRIO

PORTARIA SSER Nº 180 DE 11 MARÇO DE 2019

ACRESCENTA MERCADORIAS AO ANEXO ÚNICO DA PORTARIA SSER Nº 171/2018, QUE DISPÕE SOBRE A BASE DE CÁLCULO DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA DO ICMS NAS OPERAÇÕES COM CERVEJA, CHOPE, REFRIGERANTES, ÁGUA MINERAL E BEBIDA ISOTÔNICA E ENERGÉTICA.

O SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE RECEITA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no § 4º, do artigo 1º e no artigo 6º, da Resolução SEFAZ nº 358, de 13 de dezembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º - Ao Anexo Único de Portaria SSER Nº 171, de 19 de dezembro de 2018, ficam acrescentadas as seguintes mercadorias:

Secretaria de Estado de
Desenvolvimento Social e Direitos Humanos

ATO DA SECRETARIA

RESOLUÇÃO SEDSODH Nº 12 DE 11 DE MARÇO DE 2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO AUXÍLIO
ADOÇÃO NA FORMA QUE MENCIONA.

A SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, considerando o termo da Lei 3.499, de 08 de dezembro de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 27.776, de 12 de janeiro de 2001, alterado pelo Decreto nº 28.844 de 18 de julho de 2001 e o que consta no Processo Administrativo nº E-28/001/1857/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Deferir a concessão de auxílio a ANDERSON LUIS FREITAS SOBRINHO, servidor público estadual, ID Funcional 563636-1, referente à criança CAIO SIQUEIRA FREITAS, e indeferir referente à criança NICOLAS SIQUEIRA FREITAS, com fulcro no artigo 3º da Lei Estadual nº 3.499/2000 e do Decreto nº 27.776/2001.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2019

FABIANA GRACINDO BENTES DE RENGIFO
Secretária de Estado de Desenvolvimento Social e
Direitos Humanos

Id: 2168757

SUBSECRETARIA EXECUTIVA

RETIFICAÇÃO

D.O. DE 11.11.2017

PÁGINAS 10 - 2ª COLUNA

DESPACHO DO SUBSECRETARIO EXECUTIVO

DE 05.10.2017

PROCESSO Nº E-26/001/543/2017
Onde se lê: ...APROVO COM RESSALVAS...
Leia-se: ...APROVO...

Id: 2168758

Secretaria de Estado de
Esporte, Lazer e Juventude

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SUPERINTENDÊNCIA DE DESPORTOS DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA SUDERJ Nº 22 DE 15 DE MARÇO DE 2019

DELEGA COMPETÊNCIA NA FORMA QUE
MENCIONA.

O PRESIDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE DESPORTOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SUDERJ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar competência ao servidor THIAGO RIBEIRO DE PAULA, Vice-Presidente de Marketing, ID Funcional nº 5098136, a expedir e assinar os termos de permissão de uso pertinentes a sua área de atuação, referente aos eventos firmados nos equipamentos desta autarquia.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 16/01/2019.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2019

MARCELO DA FONSECA SALGADO

Presidente

Id: 2168764

Procuradoria Geral do Estado

ATOS DO PROCURADOR-GERAL

RESOLUÇÃO PGE Nº 4.368 DE 18 DE MARÇO DE 2019

DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO, PARA A MODALIDADE DE LICITAÇÃO DENOMINADA PREGÃO, NAS FORMAS ELETRÔNICA E PRESENCIAL, NO ÂMBITO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam designados os servidores, abaixo relacionados, para constituir a Comissão de que trata o art. 7º do Decreto nº 31.863, de 16 de setembro de 2002, c/c os §§ 2º, 3º e 4º, do art. 26 do Decreto nº 42.301/2010, para a modalidade licitatória denominada Pregão, nas formas eletrônica e presencial, com mandato de 1 (um) ano, a contar da publicação desta Resolução, na seguinte forma:

1. ROSIMAR DE OLIVEIRA COSTA, Id. nº 42718520 - Pregoeira;
2. DIEGO SANTOS, Id. nº 80347691 - Membro da Equipe de Apoio;
3. ELISA DE CARVALHO LAURINDO, Id. nº 43597483 - Membro da Equipe de Apoio;
4. JOSÉ AUGUSTO GRANGEIRA CARDOSO, Id. nº 43935770 - Membro da Equipe de Apoio;
5. LUCIANA BENEDITO ARAÚJO, Id. nº 31040659 - Membro da Equipe de Apoio.

Art. 2º - Fica designada a servidora LUCIANA CRISTINA DE SANTANA, Id. nº 42165911, para substituir a Pregoeira em suas faltas e impedimentos legais.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução PGE nº 4.187, de 15 de março de 2018 e alterações posteriores.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2019

MARCELO LOPES DA SILVA

Procurador-Geral do Estado

RESOLUÇÃO PGE Nº 4.370 DE 18 DE MARÇO DE 2019

DELEGA COMPETÊNCIA NA FORMA QUE
MENCIONA.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso da faculdade que lhe confere o inciso XLVII, do art. 6º, da Lei Complementar nº 15, de 25 de novembro de 1980, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº E-14/001.01021/2019,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica delegada competência à servidora pública TATIANA DE ALMEIDA SOARES, Id. Funcional nº 4342461-9, para representar a Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, proprietária do subsolo, da loja e sobreloja do Condomínio "Edifício Assembleia 77", localizado na Rua da Assembleia nº 77, Centro, Rio de Janeiro - RJ, na Assembleia Geral Ordinária do referido Condomínio, a ser realizada no dia 19 de março de 2019, outorgando-lhe poderes para deliberar sobre as matérias constantes da ordem do dia, exercer o direito de voto e praticar os demais atos necessários à adequada representação da Procuradoria Geral do Estado.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2019

MARCELO LOPES DA SILVA

Procurador-Geral do Estado

Id: 2168967

ATO DO SUBPROCURADOR-GERAL
DE 15.03.2019

NOMEIA RICARDO VIEIRA VENTURA, Id. Funcional nº 4426826-2, para exercer, com validade a contar de 12 de fevereiro de 2019, o cargo em comissão de Assessor, Símbolo DAS-8, da Assessoria Jurídica da Subsecretaria Executiva de Obras, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras - SEINFRA, em vaga decorrente da exoneração de Daniel Erminio Rodrigues de Freitas, Processo nº E-17/026/412/2019.

Id: 2168716

AVISOS, EDITAIS E
TERMOS DE CONTRATOS

Vice Governadoria do Estado

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO

EDITAIS

O DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DETRAN-RJ, após indeferimento da defesa prévia, NOTIFICA a empresa SUNRISE EVENTOS, TRANSPORTES E LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS LTDA - EPP, CNPJ nº 30.295.513/0001-38, a aplicação de penalidade de multa administrativa de 2,5890% do CPS nº 009/2014, equivalente ao valor de R\$ 122.269,71 (cento e vinte e dois mil duzentos e sessenta e nove reais e setenta e um centavos); por descumprimento contratual, assegurados o contraditório e ampla defesa, conforme apurado no P.A. nº E-12/061/105105/2018.

O DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DETRAN-RJ, após indeferimento da defesa prévia, NOTIFICA a empresa PVAX CONSULTORIA E LOGÍSTICA LTDA, CNPJ nº 12.117.414/0001-84, a aplicação de penalidade de multa administrativa de 0,2% do CPS nº 008/2018, equivalente ao valor de R\$ 37.389,14 (trinta e sete mil trezentos e oitenta e nove reais e quatorze centavos); por descumprimento contratual, assegurados o contraditório e ampla defesa, conforme comunicado através do Of. DETRAN-RJ/DGAF/186/2018 e apurado no P.A. nº E-16/061/101580/2018.

Id: 2168848

Secretaria de Estado da
Casa Civil e Governança

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

"INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 002/2019 (DM).

PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e as empresas reunidas através do CONSORCIO ENGETÉCNICA - ARKHE.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA APOIO AOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM ÁREAS DE BAIXA RENDA ATENDIDAS PELAS UPP (UNIDADE DE POLÍCIA PACIFICADORA) E OUTRAS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.

PRazo: 180 (cento e oitenta) dias.

VALOR: R\$ 10.393.753,37 (dez milhões, trezentos e oitenta e três mil setecentos e cinquenta e três reais e trinta e sete centavos).

DATA DE ASSINATURA: 18/01/2019.

FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.883/2018 (Dispensa de Licitação nº 001/2019 - DM).

Omitido no D.O. de 22/01/2019.

Id: 2168775

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

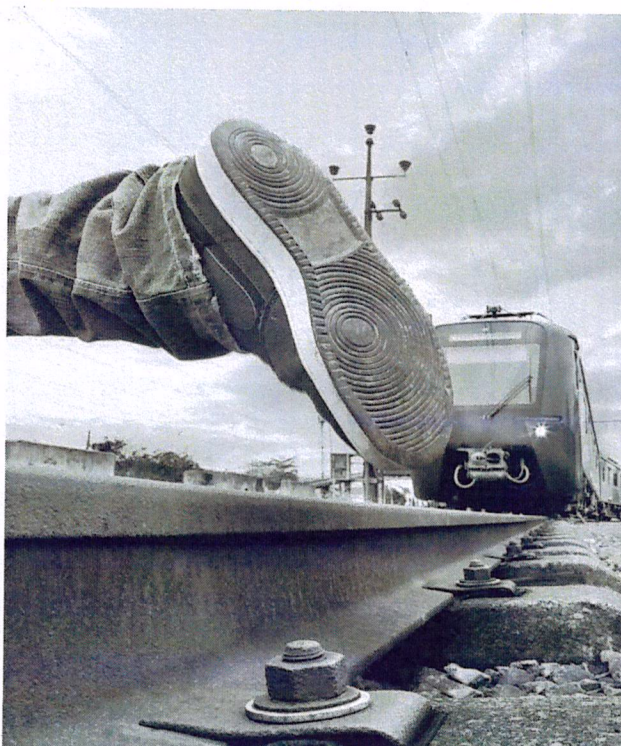
AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 607/2019 - ASL-DP.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS TELESÓPICOS PARA 1ª E 2ª ADUTORA DE HENRIQUE DE NOVAES DN 1500MM (TRECHO: GUANDU - FORMIGA).

A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica que encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, a Errata 01, com as alterações efetuadas no Edital do Pregão Eletrônico em epígrafe. Comunicamos ainda que a licitação em epígrafe será realizada no dia 01/04/2019, no mesmo horário e local anteriormente divulgado.

Id: 2168791



TRENS MAIS NOVOS
E CADA VEZ MAIS RÁPIDOS.
ISSO DEVERIA SER BOM
PRA TODO MUNDO.

Diariamente, pessoas andam nos trilhos para
cortar caminho ou não pagar passagem.
Muitas dessas infrações, lamentavelmente,
acabam virando graves acidentes.

A modernização e o maior número de trens
reduziram o tempo de viagem, diminuiram
a espera nas plataformas e aumentaram
o conforto. Isso é ótimo para os passageiros.
Mas ficou ainda pior para quem atravessa
os trilhos, mesmo sabendo que é proibido.

Para nós, tão importante quanto transportar
pessoas em segurança é preservar a vida de todos.

supervia ODEBRECHT

NÃO CAMINHE NOS TRILHOS.
UMA CAMPANHA PELA VIDA.

Supervia Fone 0800 725 5454 - www.supervia.com.br
Odebrecht Fone 0800 000 0000 - www.odebrecht.com.br
Odebrecht Fone 0800 000 0000 - www.odebrecht.com.br
supervia@supervia.com.br (011) 3000-0000